

AO MUNICÍPIO DE IMBAÚ – PR

Ref.: Pregão Presencial nº 08/2021

Paulo Frontin, 08 de março de 2021

DUDAS & BORGES CONTABILIDADE LTDA, inscrita no CNPJ nº 22.444.007/0001-35, com sede na Rua 14 de Dezembro, nº 58, Sala 01, Centro, Paulo Frontin/PR, (42) 99948-3218– E-mail: contatoborgescontabilidade@gmail.com, por seu representante legal, que abaixo assina, vem apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, conforme segue:

Impugnamos o presente Edital, especificamente o item 7.1, da qualificação técnica que dispõe:

*“7.1. A EMPRESA deverá apresentar, no mínimo, 03 (três) Atestados de Capacidade Técnica, conforme art. 30, inciso II, da lei 8.666/93, fornecido por pessoa de **direito público**, que deverá ser emitido em papel timbrado do emitente e conter no mínimo:”*

O edital, na referida cláusula, traz expressamente que o atestado deverá ser emitido por pessoa jurídica de Direito Público, não deixando claro acerca da possibilidade de apresentar atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito privado.

Ocorre que, há certa dúvida quanta a interpretação do instrumento convocatório, considerado que no item 7.1.6, prevê a possibilidade de apresentar atestado de capacidade técnica de pessoa jurídica de direito privado:

*“7.1.6. No caso de apresentação de atestado de **empresas privadas**, não serão considerados aqueles apresentados por empresas participantes do mesmo grupo empresarial da EMPRESA.”*

A empresa que apresenta o presente questionamento, possui atestado comprovando sua capacidade técnica compatível com o objeto licitado, no entanto é emitido por pessoa jurídica de direito privado.

Veja-se que a exigência de atestado de capacidade técnica emitida exclusivamente por órgão público é cerceador da concorrência, considerando que pouquíssimas empresas terão em seus atestados o descritivo idêntico.

Em respeito à Lei de Licitações, deve-se alterar a redação dos itens impugnados, deixando-as mais claras quanto à **compatibilidade do serviço e não a exatidão da sua descrição, especialmente na emissão exclusiva por Entidade Pública** para que haja tanto a pertinência da exigência para qualificação técnica, quanto para a sua finalidade.

Salientamos que, diversas empresas, inclusive a impugnante, possuem atestados que demonstram a qualificação adequada para execução dos serviços. Na realidade, a empresa impugnante possui atestado de que **prestou serviço da mesma natureza**, no entanto os atestados que lhe foram fornecidos são de pessoas jurídicas de direito privado.

Ocorre que tal qualificação desborda do mínimo necessário para o cumprimento do objeto licitado, conduzindo à restrição ilegal da licitação.

A lei de licitações, em seu Art. 3º, ao dispor sobre o edital e objeto licitado, previu expressamente que:

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

1 - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que

comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

Portanto, qualquer exigência que não disponha de motivação técnica/jurídica suficiente a justificar a restrição, torna-se ilegal e abusiva.

Ocorre que no presente caso, exigir atestado de capacidade técnica única e exclusivamente emitido por pessoa jurídica restringe a ampla competitividade sem qualquer fundamento técnico.

Afinal, a finalidade do certame é a capacitação e o treinamento, a qual pode ser plenamente atendida por empresa que possui atestado compatível.

Ou seja, tem-se evidenciada uma restrição infundada, cujo direcionamento do certame será inevitável, o que é amplamente vedado pelos tribunais:

REPRESENTAÇÃO. PEDIDO CAUTELAR, SUPOSTA IRREGULARIDADE CARACTERIZADA POR RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE CAUSADA POR DISPOSITIVO DO EDITAL. SUSPENSÃO CAUTELAR DA LICITAÇÃO. REFERENDO. (TCU, ACÓRDÃO 432/2019 ATA 6/2019 - PLENÁRIO, Relator(a): RAIMUNDO CARREIRO, Data da sessão: 27/02/2019)

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM DECISÃO INTERLOCUTÓRIA PROMANADA EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICITAÇÕES. MEIO DE EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA E TAXA DE ADMINISTRAÇÃO MENOR QUE 1% (UM POR CENTO). RESTRIÇÃO PREVISTA NO EDITAL. PROVÁVEL ILEGALIDADE. FUNDAMENTO RELEVANTE E RISCO DE INEFICÁCIA DA MEDIDA. REQUISITOS PREENCHIDOS. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO MANTIDA. 1. Cuida-se de Agravo Interno, autuado sob o nº. 0623396-85.2018.8.06.0000/50000, interposto pelo ESTADO DO CEARÁ em face de Decisão Interlocutória proferida por esta Relatora (fls. 175/180), nos autos do Agravo de Instrumento agitado nos autos do Mandado de Segurança (nº 0623396-85.2018.8.06.0000) impetrado por FA2F- ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, na qual deferi parcialmente o pedido de...» (+245 PALAVRAS) »... tutela recursal, por vislumbrar o preenchimento dos requisitos legais para tanto. 2. Não conformado, o ente público agravante interpôs o presente recurso, no qual sustenta, às fls. 01/12, que o edital em comento encontra-se absolutamente de acordo com os mais recentes julgados, inclusive deste Tribunal de Justiça, estabelecendo critério razoável e objetivo para aferição da exequibilidade da proposta. 3. Pois bem. É cediço na jurisprudência que não pode o Poder Público estipular taxa mínima de administração, residindo esta no campo da liberalidade do licitante, cabendo a este apresentar sua proposta conforme seu interesse, além de

representar contrassenso tal exigência quando se tem como critério de avaliação da proposta o menor preço, o qual representaria uma maior vantagem para a Administração Pública que teria custos mais reduzidos para a prestação do mesmo serviço. 4. Nessas razões, constata-se a possível violação ao disposto no art. 40, X, da Lei nº. 8.666/93 (Redação alterada pela Lei nº. 9.648/98), aplicável subsidiariamente à Lei do Pregão, conforme preleciona seu art. 9º, infringindo os princípios que regem a Licitação, e impedindo a própria Administração Pública de, em tese, buscar as propostas mais vantajosas, visando assim o interesse público. 5. Assim, apesar de ser de competência da Administração Pública o exercício do controle quanto à justiça e viabilidade econômica das ofertas e propostas submetidas à exame, esta última, valendo-se de suas prerrogativas, não pode desobedecer a legislação, olvidando-se de realizar contratações de maior interesse às necessidades públicas. 6. Desta feita, não havendo previsão legal de cláusulas ou condições que restrinjam o caráter competitivo do certame, verifica-se a plausibilidade do direito e a lesão de difícil reparação do Agravante, ante a possível ilegalidade, devendo ser afastadas, inclusive, pela própria Administração, quando patente o mencionado vício, que não pode impedir os concorrentes à apresentarem a exequibilidade de seus contratos por documentos suficientemente idôneos. 7. Por tais razões, a medida que se impõe é a manutenção da decisão vergastada, sendo imperioso o afastamento, parcialmente, das cláusulas previstas na norma editalícia

permitindo a participação da Recorrida no certame, desde que comprove, efetivamente, a exequibilidade de sua proposta. 8. Recurso conhecido e desprovido. Decisão mantida. (TJ; Relator (a): LISETE DE SOUSA GADELHA; Comarca: Fortaleza; Órgão julgador: 12ª Vara da Fazenda Pública; Data do julgamento: 11/03/2019; Data de registro: 12/03/2019)

Razões pelas quais, requer a imediata suspensão do edital para adequação aos termos da lei, com a melhoria na redação da exigência dos atestados, especificamente no que se refere a compatibilidade e não a descrição com a exatidão exigida.

A apresentação de atestado de capacidade técnica tem a finalidade de demonstrar que o licitante detém experiência mínima necessária para garantir o cumprimento do objeto contratual.

A exigência editalícia indica um **direcionamento** injustificado a pouquíssimas empresas que terão, contrariando orientações dos Tribunais:

*MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO PARA EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS NO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA. ILEGALIDADES NO EDITAL. CONCESSÃO DA SEGURANÇA. DESPROVIMENTO DA APELAÇÃO. A exigência, no edital, de comprovação técnica na prestação de serviços funerários em município com mais de 200 mil habitantes, é manifestamente ilegal, pois os serviços seriam concedidos a 06 (seis) empresas, as quais caberia, portanto, executar um sexto do contrato, sendo **exagerado e abusivo condicionar a participação dos licitantes a prova de capacitação técnica***

correspondente a totalidade da população do município. Segundo Marçal Justen Filho, há enorme risco de que a exigenciada certificação ISO represente uma indevida restrição ao direito de participar da licitação, pois nenhuma lei condiciona o exercício de alguma atividade à sua obtenção. (TJSC, Apelação / Reexame Necessário n. 0304479-98.2016.8.24.0020, de Criciúma, rel. Des. Ronei Danielli, Terceira Câmara de Direito Público, j. 22-05-2018)

Para fins de restringir a competitividade, deve a Administração Pública disponibilizar justificativa formal e bastante no processo administrativo. Ocorre que não há **nenhuma justificativa técnica**, carecendo o processo da devida motivação necessária.

Tal exigência, destituída de qualquer **justificativa técnica**, contraria, assim, a expressa vedação do art. 7º §5º da Lei nº. 8.666/93:

Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência:

5º É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório.

§ 6º A infringência do disposto neste artigo implica a nulidade dos atos ou contratos realizados e a responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

Sendo assim, afigura-se viciado o edital em análise, ultrajando os preceitos licitatórios da **legalidade**, da **amplitude na participação**, **finalidade** e na **razoabilidade**, bem como todos seus corolários, devendo ser revisto.

BORGES CONTABILIDADE

ISTO POSTO, conforme argumentações trazidas, **impugnamos os termos do Edital**, para incluir no instrumento convocatório, especificamente nos itens 7.1. a possibilidade de apresentar atestado de capacidade técnica emitida por pessoa jurídica de direito privado.

b) alterar a redação dos itens impugnados, deixando-as mais claras quanto à **compatibilidade do serviço e não a exatidão da sua descrição**, especialmente no que se refere a emissão de atestado, considerando haver contradições em normas editalícias – itens 7.1. e 7.1.6.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Paulo Frontin, 08 de março de 2021.



DUDAS & BORGES CONTABILIDADE
DOUGLAS BORGES